

Proc. nº 646/2002

AUTORIZAÇÃO Nº 1328/2004

1. A empresa **JUNATA – Comércio a Retalho Artigos de Papelaria, Lda** veio notificar o tratamento de videovigilância em funcionamento nas instalações, informando, a propósito, que na empresa não existe comissão de trabalhadores.

Através da deliberação nº 61/2004, de 19 de Abril⁽¹⁾, a CNPD estabeleceu os princípios sobre tratamento de dados de videovigilância.

Na apreciação das condições de tratamento de videovigilância pela entidade responsável importa das especial atenção aos aspectos relativos à pertinência e ao princípio da proporcionalidade (artigo 5.º nº. 1 al. c) da Lei 67/98, de 26 de Outubro), condições de legitimidade (artigos 7.º e 8.º nº. 2 da Lei 67/98), bem como às formas de acesso aos dados recolhidos pelos sistemas de videovigilância.

Efectivamente, justifica-se que sejam utilizados este meios de prevenção nas instalações da empresa no âmbito da protecção de pessoas e bens na medida em que se trata de local de movimento de pessoas, onde pode haver furto de produtos. As instalações podem ser alvo de furto, especialmente durante a noite.

Em termos de proporcionalidade justifica-se a utilização de sistemas de videovigilância neste sector de actividade na medida em que os direitos dos titulares não se devem sobrepor à execução de uma finalidade legítima que deve ser reconhecida ao responsável. No entanto, o tratamento de imagens deve obedecer a certas condições específicas.

2. Verifica-se que a utilização do sistema agora notificado se destina a assegurar a *«protecção de pessoas e bens»*.

⁽¹⁾ Disponível in <http://www.cnpd.pt>

Em face da finalidade, afigura-se-nos que o tratamento se apresenta como adequado, pertinente e não excessiva em relação à finalidade (artigo 5.º n.º 1 al. c) da Lei 67/98).

Pretende-se com este tratamento assegurar a *prevenção e dissuasão da prática de actos ilícitos* – tarefa que é desempenhada na prossecução do interesse público, em complementaridade e subsidiariedade face às competências das forças e serviços de segurança – podendo a informação recolhida vir a ser utilizada como prova da infracção. O que está em causa na utilização destes meios é assegurar a dissuasão, *Sempre com o reconhecimento das pessoas e com protecção dos seus direitos fundamentais* ⁽²⁾, bem como registar e documentar a eventual prática de infracções. O tratamento de som ou imagem e a finalidade delineada, não tem que “situar-se, necessariamente, a montante de qualquer actividade delituosa” ou pressupor a existência de suspeitas concretas sobre a generalidade das pessoas em relação às quais são captadas as imagens.

As imagens não podem servir para controlo do desempenho profissional dos trabalhadores (cf. artigo 20.º do Código do Trabalho).

Considera-se, por isso, legítimo o tratamento – autorizando-se a recolha de dados (artigo 8.º n.º 2 e 28 n.º 1 al. a) da Lei 67/98) – devendo ser observadas, ainda as seguintes condições:

1. **Finalidade** – Protecção de pessoas e bens.
2. **Destinatários dos dados** – Os dados não podem ser transmitidos a terceiros e só podem ser utilizados nos termos da lei processual penal. Uma vez detectada a prática de infracção penal, a entidade responsável pelo tratamento deve – com a respectiva participação – enviar ao órgão de polícia criminal ou à autoridade judiciária a competente as imagens recolhidas.
3. **Visualização das imagens pelos responsáveis** – Admite-se, *excepcionalmente*, a visualização das imagens quando – *não havendo qualquer infracção penal* –

⁽²⁾ O artigo 8.º n.º 2 obriga, como condições a ponderar pela CNPD, a que «não prevaleçam os direitos, liberdades e garantias dos titulares dos dados». Em termos de investigação criminal, o êxito das diligências de observação e vigilância está dependente da ignorância por parte do visado do facto de que está a ser objecto de escutas, de gravação de som e imagem.

Rua de São Bento, 148 - 3.º — 1200-821 LISBOA — Telefone: 213 928 400 - Fax: 213 976 832
E-mail: geral@cnpd.pt



COMISSÃO NACIONAL
DE PROTECÇÃO DE DADOS

os titulares dos dados tenham solicitado o «direito de acesso», nos termos do artigo 11.º da Lei 67/98.

4. **Direito de Informação** – Deverá ser afixado, em local bem visível, um aviso que informa as pessoas sobre a recolha de som e imagem.
5. **Direito de acesso** – Podendo o exercício do direito de acesso por parte de determinado interessado envolver o acesso a dados de terceiros, o responsável do tratamento deve tomar todas as medidas técnicas necessárias para ocultar/anonimizar as imagens de terceiros. Quando estiverem em causa imagens que servem de prova em processo criminal – imagens necessariamente sujeitas às regras do segredo de justiça – é aplicável ao exercício do direito de acesso o disposto no artigo 11.º n.º 2 da Lei 67/98 (prevenção ou investigação criminal, razão pela qual os pedidos de acesso devem ser encaminhados para a CNPD).
6. **Prazo de conservação** – Os dados recolhidos são conservados pelo prazo de 30 dias.
7. As imagens não podem servir para controlo do desempenho profissional dos trabalhadores (cf. artigo 20.º do Código do Trabalho).
8. As *cameras* devem ser direccionadas por forma a evitar que seja captadas a digitação do código (PIN) das pessoas que fazem pagamentos através de cartão de débito.

Lisboa, 7 de Dezembro 2004

Amadeu Guerra

Alexandre Pinheiro

Luís Barroso



COMISSÃO NACIONAL
DE PROTECÇÃO DE DADOS

Eduardo Campos

Ana Luísa Geraldes (Relator)

Luís Lingnau da Silveira (Presidente)